



ATA 3/2024/CMI

Ata de Reunião - CMI

DATA: 14/10/2024	
------------------	--

1- IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO: Terceira Reunião da CMI de 2024

- HORA INÍCIO: 15h	- HORA TÉRMINO: 16h12
--------------------	-----------------------

2- FERRAMENTA UTILIZADA: TEAMS

3- PARTICIPANTES:

N.	Nome	Unidade
1	Dr. Luís Carlos Miranda	Magistrado Presidente da CMI
2	Vanessa dos Santos Fonseca	Assessora da CMI e Supervisora do NUICS
3	Rebecca Christina R. J de Oliveira	Secretariado da Comissão (NUICS)
4	Vicente Junqueira Moragas	Representante Suplente (NUICS)
5	Ernandes Alves Feitosa	Representante Titular dos Servidores com Deficiência
6	Clara Coelho Barradas dos Santos	Coordenadora de Gestão Estratégica e Sustentabilidade (COGES)
7	Andreia Oliveira de Siqueira	Representante Suplente da Coordenadoria de Gestão Estratégica e Sustentabilidade (COGES)
8	Ryan Martins Dias Rangel	Coordenador de Projetos e Gestão de Contratos e Obras (COOB)
9	Marcella Monteiro Bittencourt	Coordenadora de Planejamento e Promoção da Saúde (COPLAS)
10	Luís Fernando Sirotheau Sirique Junior	Secretário de Tecnologia da Informação (SETI)
11	Luiz Antonio de Araujo	Representante Suplente da Secretaria-Geral da Corregedoria (SGC)
12	Luana Pimenta de Andrada	Secretária da Escola de Formação Judiciária (SEEF)
13	Marília Barbosa de Barcelos	Secretária da Ouvidoria-Gera (SEOVG)
14	Carmen Cecília da Fonseca Lemes Ferreira	Secretária de Gestão de Pessoas (SEPG)
15	Alexandre Correia de Aquino	Secretário-Geral da Corregedoria (SGC)
16	Victor Abreu da Silva	Secretário de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica (SEPG) - convidado
17	Enio Gonçalves de Almeida	Representante (SESI) - convidado
18	Aline Pereira Neves Siqueira	(SEPG) – convidada
19	Adriana Almeida Camilo	(NUICS) - convidada

4- PAUTA

1.	Apresentação da nova Presidência da Comissão;
----	---

2.	Ações Educacionais para o período;
3.	Início dos trabalhos do GT para a realização dos grupos de afinidade;
4.	Levantamento de Necessidade 2024 – LN/2024 e Aquisição de Leitor de Tela para pessoas com deficiência visual;
5.	Apresentação e deliberação da proposta de reestruturação do Programa Pró-Equidade e Diversidade.

5- ASSUNTOS TRATADOS

N	Descrição
1	Dr. Luís abriu a reunião com palavras de boas-vindas e se apresentou como novo Presidente da CMI. Em sua explanação, ressaltou que haverá um momento importante na agenda social do TJDFT como a Consciência Negra e destacou a importância da representação deste marcador social, assim como pontuou a necessidade do protagonismo de pessoas LGBTQIAP+ em ações que exprimam esta pauta.
2	Dr. Luís abriu a palavra para que a EjuDFT e o NUICS expusessem como se dariam as próximas execuções de ações de capacitação com a temática transversal de equidade e acessibilidade. A Luana da EjuDFT anunciou o Fest Saúde, evento que interage com diversas áreas focais do tribunal como COPLAS, NUICS, SEEF, COGES, SESA e que será realizada em outubro/2024. Ressaltou que o evento de encerramento será no dia do servidor público. A Luana falou da ação educacional denominada Mitos e Verdades sobre a questão da inclusão – tratamento da pessoa com deficiência, que será lançada em breve; mencionou também a parceria com a ENAP, que firmou um acordo de cooperação em deixar sempre vagas disponíveis em quaisquer ações educacionais do interesse do Tribunal; bem como a disponibilização do curso de Libras, em atendimento aos requisitos legais, que determinam a realização da capacitação anualmente.
3	Dr. Luís perguntou como seria a participação dos servidores e qual seria o tema. Marcela da COPLAS pontuou sobre o Fest Saúde e trouxe o tema do evento: O princípio da impermanência. Vanessa do NUICS, pontuou que a semana do Fest Saúde foi costurada com demais setores para dar um protagonismo às questões de acessibilidade, que são atinentes à Comissão. Luana abordou que a Abertura da palestra se dará às 14h e a ideia é que se tenham representantes da alta administração juntamente com o nosso Presidente para que seja lançado o indicador da Felicidade, tema importante para o nosso Tribunal.
4	Marcela da COPLAS pontuou que a área da saúde está planejando 2 palestras para o dia da Consciência Negra, com o viés da saúde mental.
5	Marília aproveitou a oportunidade e compartilhou um pedido da desembargadora Desa. Maria de Lourdes, sobre o tema de atendimento às pessoas em sofrimento psíquico, mostrando inclusive um guia feito pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), ao qual ela propôs a utilização, uma vez que é um material de alta qualidade e certamente ajudará e trará insumos de como fazer um bom atendimento e interação com pessoas em transtorno e sofrimento. A ideia é fortalecer o material para que no próximo ano sejam feitos treinamentos para que servidores consigam atender a esse público.
6	Ryan da COOB abordou que seria interessante que esta instrução educacional incluísse os gestores também, no sentido de serem orientados para que consigam interagir e saibam lidar com circunstâncias envolvendo servidores que estariam em estado de sofrimento psíquico.
7	Luana pontuou que houve oficinas com gestores da Casa e uma das ações sugeridas foi que se possa trazer os gestores da área de gestão de pessoas para que eles possam dizer e apontar que tipo de necessidades e orientações seriam importantes para assessorar suas gestões e a questão da saúde mental também está neste rol; enfatizou em seguida que o curso dado deveria traduzir as práticas institucionais. Então, para a definição de uma nova programação, precisaria envolver as áreas que orientam este processo de trabalho no tribunal, a fim de buscar por docentes que possam atuar neste sentido.
8	Dr. Luís perguntou se a capacitação também abrangeria os terceirizados, a partir do questionamento do Enio da SESI/COPOL, que se demonstrou preocupado com o grupo que fica na parte do atendimento e que não são servidores, mas fazem parte do corpo técnico do Tribunal e lidam diariamente diretamente com o usuário, sobretudo com as pessoas que possuem este complicado quadro mental.
9	Enio ponderou que o nosso quadro é muito heterogêneo, com pessoas de vários segmentos e que o espectro autista tem sido um desafio; colocou que seria interessante algum tipo de orientação para se fazer uma abordagem mais apropriada, já que, como policial judicial, muitas das vezes as ações são mais repressivas e no intuito de conter os ânimos.
10	Adriana compartilhou no chat o <i>link</i> do manual de atendimento do espectro autista publicado pelo CNJ. Ressaltou que esse material tem várias orientações interessantes, fazendo uma diferenciação com o atendimento da equipe de recepção e a equipe de segurança, podendo ser uma excelente referência para a construção de normativos e códigos de condutas do TJDFT no atendimento desse público.
11	Vanessa apresentou o próximo item da pauta, os “Grupos de afinidade”, aprovados pela CMI na última reunião, e em andamento, com reuniões sob supervisão dos servidores Adriana e Vicente, que são da equipe do NUICS, grupo de afinidade para pessoas negras e indígenas e para pessoas com deficiência. Os grupos agora já se encontram em fase final de tratativas internas para elaboração de relatório, compilação dos resultados, percepções e demais registros de aprendizados a serem aplicados nos próximos, além de sugestões de ações.
12	Vicente se manifestou acerca dos encontros com o público PCD, dizendo o quanto as pessoas se sentiram ouvidas, acolhidas e desejosas de manter o espaço. Elogiaram bastante a ideia, que foi uma iniciativa proposta pela Adriana e que foi discutida e implementada juntamente com a SEPG.
13.	Adriana pontuou como foi com o grupo de servidores negros e indígenas e enfatizou o quanto foi um momento celebrado. Disse que os dois grupos estavam apresentando muitas sugestões as quais o TJDFT poderia implementar a fim de que estas ações se tornem uma realidade no Tribunal.
14.	Dr. Luís apontou para o tópico sobre o Levantamento de Necessidades e a Vanessa trouxe uma breve explicação sobre o que seria o termo. Trata-se de uma pesquisa que o NUICS faz anualmente com base na Res. 401 do CNJ, que pede que as unidades ouçam as pessoas com deficiências, mantendo seus cadastros atualizados com relação às suas necessidades. Este ano, esse levantamento foi antecipado com o intuito de orientar o processo de aquisição de alguns itens de tecnologia assistiva. Além dos pedidos de leitores de tela para os servidores com deficiência visual, NUICS encaminhou pedido de licenças de leitores de tela para serem instalados em postos de serviços digitais assistidos, que auxiliam os jurisdicionados. Foram solicitadas 20 licenças no intuito de que em cada um dos postos (20) haja um leitor de tela para atender a esse requisito de acessibilidade com foco no usuário.

15.	Alexandre, Secretário-Geral da Corregedoria, perguntou se para o Levantamento de Necessidades havia algum tipo de questionário ou pesquisa para o público externo (jurisdicionados) e em seguida pontuou que as dificuldades seriam ainda maiores em atender um público externo em suas necessidades de acessibilidade.
16.	Luiz Fernando da SETI pontuou que o projeto do Leitor de telas já está em um estágio avançado com o setor da SETI e que está conduzindo as avaliações para o momento da contratação.
17.	Ernandes elogiou a iniciativa do NUICS em oferecer licenças para o jurisdicionado. Falou sobre o NVDA e o Jaws sistemas de leitores para pessoas deficientes visuais - neste último, defendeu que era o mais completo e dava mais autonomia. Perguntou quem teria preferência para essas licenças seriam os servidores da casa. Victor respondeu que a preferência era dos servidores. E Vanessa complementou que, para além do quantitativo de servidores previstos, houve a disponibilização de mais licenças, sendo que elas serão de uso flexíveis. Logo, se houver a necessidade de algum tipo de remanejamento, tal desenho pode ser reformulado.
18.	Victor explanou sobre a proposta de reestruturação do Programa Pró-equidade e diversidade. Explicou que a sugestão eleva o programa para status de Política, denominada Política de Inclusão da Diversidade e Equidade, com definição de diretrizes, princípios e objetivos. Victor destacou que é previsto uma gestão estratégica da pauta por meio de: Programas, Projetos, Iniciativas e Ações. Ressaltou a necessidade de se estabelecer parcerias e ações coordenadas com outras unidades. Por fim, destacou que, se aprovada proposta, a Minuta da Política de Inclusão da Diversidade e Equidade seria apresentada na reunião da CMI, a ser realizada em dezembro. A proposta foi aprovada por unanimidade pela Comissão.
19.	Dr. Luís encerrou a reunião, lembrando que teremos o 4º encontro da CMI em data posteriormente acordada.

Elaboração: Rebecca Christina



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Santos Fonseca, Membro da Comissão**, em 25/11/2024, às 17:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marília Barbosa De Barcelos, Secretário(a)**, em 25/11/2024, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Pimenta De Andrada, Secretário(a)**, em 25/11/2024, às 18:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rebecca Christina Rodrigues Juvencio de Oliveira, Técnico Judiciário**, em 26/11/2024, às 13:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Pereira Neves Silveira, Técnico Judiciário**, em 26/11/2024, às 13:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Correia De Aquino, Secretário(a)-Geral da Corregedoria**, em 27/11/2024, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Abreu da Silva, Secretário(a)**, em 27/11/2024, às 14:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Clara Coelho Dos Santos, Coordenador (a)**, em 27/11/2024, às 17:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcella Monteiro Bittencourt, Técnico Judiciário**, em 16/12/2024, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Almeida Camilo, Analista Judiciário**, em 15/05/2025, às 18:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Junqueira Moragas, Analista Judiciário**, em 15/05/2025, às 19:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luís Carlos de Miranda, Presidente de Comissão**, em 16/05/2025, às 18:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4086072** e o código CRC **9626AED**.